Gilberto Freyre e a introdução da sociologia da medicina no Brasil

Luiz Fernando Valente¹

Abstract: An assessment of the part played by Gilberto Freyre in the introduction and development of the sociology of medicine in Brasil in the 1950s and 1960s. The essay focuses on Freyre's thoughts about the role of medicine in the construction of the national imaginary, the relationship between medicine and culture, and the medical doctor's social function. Freyre differentiates between the sociology of medicine and what he calls social medicine. His engagement with the sociology of medicine should be viewed as inextricably connected with the core elements in his multifaceted *oeuvre* rather than as a peripheral topic. The essay also draws a quick parallel between Freyre's reflections and those of his contemporary, French sociologist Roger Bastide, regarding the sociology of medicine.

Keywords: Lusotropicalism, social medicine, sociology of medicine.

Resumo: Uma avaliação do papel desempenhado por Gilberto Freyre quanto à introdução e desenvolvimento da sociologia da medicina no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960. O ensaio focaliza no interesse de Freyre pela participação da medicina na construção do imaginário nacional, pela relação entre medicina e cultura, e pela função social do médico, delimitando, ao mesmo tempo, as fronteiras entre a sociologia da medicina e o que o autor chama de medicina social. O engajamento de Freyre com a sociologia da medicina assoma não como um tópico secundário e periférico, mas como intimamente conectado com os aspectos centrais da sua multifacetada obra. O artigo estabelece também um rápido paralelo entre as reflexões de Freyre e de seu contemporâneo, o sociólogo francês Roger Bastide, no que diz respeito à sociologia da medicina.

Palavras-chave: lusotropicalismo, medicina social; sociologia da medicina.

Como lamentei em um ensaio anterior, a partir da década de 1950 generalizaram-se duas tendências, aliás complementares, no que diz respeito às avaliações da posição ocupada por Gilberto Freyre na história intelectual brasileira: primeiro, a de se equacionar sua multifacetada obra ao seu livro mais conhecido, *Casa-grande & senzala*, como se o autor não tivesse publicado mais nada; segundo, a de se fazer uma leitura por vezes apressada desse livro – aliás mais mencionado do que atentamente lido – baseada em certas posições ideológicas que procuravam desacreditar *a priori* a visão freyriana das relações raciais e a tese sobre o lusotropicalismo, desembocando frequentemente em uma condenação sumária da obra do sociólogo pernambucano. Assim, popularizou-se o estereótipo de Freyre como um mero nostálgico do velho patriarcalismo nordestino, que teria ignorado a violência das relações sociais e raciais no Brasil, e proposto que o Brasil seria uma “democracia racial”, terminologia aliás cunhada por Artur Ramos e Roger Bastide, e não por Freyre. Essa ima-

1 Professor Titular de Estudos Portugueses e Brasileiros e de Literatura Comparada - Brown University

gem foi disseminada, em grande parte, pelos seguidores da escola sociológica paulista, sempre impacientes com a metodologia anti-dialética do autor e seu enfoque no cotidiano e na vida privada antes que nas questões ligadas à (re)construção do estado nacional e à integração do país na ordem civilizatória internacional. Ou até mesmo, conforme sugeriu impiedosamente Luiz Costa Lima, Freyre teria sido um “[oportunista] descarado, cujas vantagens eram asseguradas pelo Portugal salazarista” (ARAÚJO, 1994, p. 7). Felizmente, nas últimas duas décadas trabalhos como os livros *Guerra e paz* de Ricardo Benzaquen de Araújo e *Gilberto Freyre: Social Theory in the Tropics* de Peter Burke e Maria Lúcia Pallares-Burke, ou, mais recentemente, os dois ensaios de Fernando Henrique Cardoso sobre Freyre incluídos no volume *Pensadores que inventaram o Brasil*, entre outros, reabriram a discussão da obra freyriana em termos mais nuançados, enfatizando a profundidade de seus acertos e sua continuada relevância apesar da presença de algumas dúbias colocações e inegáveis contradições.

Mas se a monumental obra de Freyre não deve ser vista simplesmente como um conjunto de variações sobre os temas que informaram *Casa-grande & senzala*, haveria algo que unificasse a trilogia sobre a formação e decadência da família patriarcal brasileira e as incursões freyrianas por assuntos tão variados quanto a identidade latino-americana ou a sociologia da medicina? Acredito que uma das chaves estaria em se pensar o projeto freyriano como inscrito numa *concepção subjetiva do tempo como duração*, marcada pela continuidade entre passado, presente e futuro, em contraposição à concepção racionalista e universalista do tempo, dominante no pensamento positivista-cientificista e no pretendido objetivismo quantitativo de sociólogos como Durkheim e seus herdeiros. Como o próprio autor afirmou em *Ordem e progresso*, “o tempo do relato literário e sociológico tipicamente brasileiro parece dever corresponder à situação mais complexa de entrelaçamento na consciência do brasileiro dos três tempos: o presente, o passado e o futuro” (FREYRE, 1974, p. xl). Freyre coloca em questão o modelo estritamente científicista nas ciências sociais, que procurava fixar os significados da cultura brasileira, uma impossibilidade teórica e metodológica para quem, como ele, pensava o tempo inevitavelmente como fluxo. Movido pelo que Freyre chamou de *empathic ability* (FREYRE, 1974, p. xxxvii), que procura tornar o investigador “quanto possível íntimo das relações (...) entre as pessoas e os valores imateriais; entre as pessoas e os símbolos mais característicos da época” (FREYRE, 1974, p. xxxii), o cientista social, enquanto ser humano posicionado dentro do fluxo do tempo, estaria, assim, inserido na mesma ordem temporal que seu objeto de estudo antes que posicionado fora dela para examiná-lo de forma supostamente objetiva, concepção aliás que aproxima Freyre de algumas das formulações de Paul Ricoeur sobre a narrativa. Como sabemos, o filósofo francês postula que quem narra – e é bom lembrar que para Freyre o sociólogo é sobretudo um narrador – está sempre implicado nas histórias que narra. De maneira semelhante, o intérprete “[estaria] sempre inserido numa situação histórica, [pois] está conectado com uma certa cultura e, consequentemente, não pode ser um sujeito absoluto e desinteressado. (...) Ele está inserido no movimento da cultura. Portanto nunca ocupa uma posição de distanciamento ou superioridade” em relação ao seu material (RICOEUR, 1981, p. 1088). O que pode parecer nostalgia seria de fato um produto dessa relação empática do intérprete com o passado, cujo entendimento, ao contrário do que pretendiam as teorias deterministas rejeitadas por Freyre, não cerceia mas, antes, pode abrir novas possibilidades no futuro. Mediador entre um passado que ele procura capturar subjetivamente dando relevo às suas singularidades e especificidades, e um futuro projetado a partir dessa compreensão – o que Freyre descreve como “as solicitações de tempo progressivo, utópico, messiânico associadas às de espaço ainda por dominar”

(FREYRE, 1974, p. xl) – o intérprete do Brasil teria sempre a dupla face de Janus, o deus das transições e das passagens.

Desta forma, sustento que não só a obra de Freyre não pode ser descrita simplesmente como nostálgica, mas que ela possui também um traço utópico que a aproxima de algumas das preocupações que vamos encontrar entre os pensadores da Universidade de São Paulo ou do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, embora, obviamente, desprovido do arcabouço marxista. Esse traço utópico informa, aliás, o pensamento de todos os importantes *intérpretes do Brasil* nas sétimas últimas décadas do século passado.

O anti-determinismo de Freyre não deve ser visto, contudo, apenas como uma consequência da sua concepção do tempo histórico. Conforme demonstrou Ricardo Benzaquen de Araújo, um elemento fundamental para compreender o pensamento de Freyre é o seu neolamarckismo:

[Gilberto Freyre] trabalha com uma definição fundamentalmente neolamarckiana de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua – variada, discreta e localizada – interação como meio físico (ARAÚJO, 1994, p. 39).

Embora já então cientificamente desacreditadas, as teorias de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), que haviam aberto uma terceira via no debate entre o monogenismo e o poligenismo, ainda constituíam, segundo George Stocking, um “elo importante entre a teoria social e a biologia” (STOCKING, citado por ARAÚJO, 1994, p. 40). Desta forma ofereciam a Freyre um modelo poderoso para as suas interpretações do Brasil e um alicerce para os aspectos reformistas do seu pensamento. Na linha dos sanitaristas do primeiro quartel do século XX, o peculiar eugenismo de Freyre era essencialmente neolamarckiano, ao expressar uma confiança de que o Brasil poderia ser curado de suas moléstias modernizando-se as condições ambientais e sanitárias em que se encontrava a população, e, mais importante ainda, de que adquirida essa nova vitalidade, ela poderia ser transmitida às gerações futuras. Assim dava-se um *coup de grâce* no antigo preconceito de que o brasileiro, devido à sua composição racial e ao clima tropical, estaria fadado ao atraso, atitude que, aliás, também informa o *lusotropicalismo* freyriano. O notório incidente descrito no prefácio à primeira edição de *Casa-grande & senzala* quando, ao cruzar com um grupo de marinheiros brasileiros mulatos e cafuzos na ponte de Brooklyn, o autor se recorda da referência de um viajante estrangeiro ao Brasil sobre “the fearfully mongrel aspect of the [Brazilian] population” (FREYRE, 1992, p. xlvii), é obviamente informado por um eugenismo neolamarckiano: a miscigenação dos marinheiros em si não era o problema; o xis da questão era que se tratava de marinheiros *doentes*. Implícita está a ideia de que curados, transmitiriam essa melhoria genética aos seus descendentes. Manifestado principalmente na sua concepção de raça e na diferença que o pensador, na esteira de seu mestre Franz Boas, estabelece entre raça e cultura, o neolamarckismo de Freyre atravessa sua obra e perpassa muitos aspectos da sua reflexão sobre o Brasil.

Fundamental também, sobretudo no que diz respeito às questões sanitárias, é a influência no pensamento freyriano do funcionalismo de cientistas sociais norte-americanos que procuravam entender a dicotomia entre saúde e enfermidade em termos sociológicos, isto é, levando em consideração as diferenças nas situações sociais dos enfermos: Talcott Parsons (1902-1979), Thomas Merton (1915-1968) e Donald Pierson (1900-1995), este talvez mais conhecido por sua tese controversa, expressa no livro *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*, segundo a qual não existiria no Brasil o mesmo tipo de racismo que nos

Estados Unidos. Pierson, em especial, estabeleceu um estreito diálogo com Freyre enquanto exercia a direção da Educação Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública, como parte de um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos. Segundo Claudio Bertolli Filho,

a partir de então, Gilberto Freyre passou a mencionar em seus trabalhos os estudos que estavam sendo realizados segundo a ótica funcionalista na saúde, a qual implicava na noção de saúde e enfermidade como um processo dimensionado pela interação do agente patológico (que poderia ser de origem animal, vegetal ou mineral), o hospedeiro humano e o ambiente, sendo este entendido sob a dupla perspectiva do contexto sócio-cultural e das estruturas ecológicas (BERTOLLI, 2003, p. 111).

Tempo como duração, neolamarckismo e funcionalismo convergem em um dos seus livros mais interessantes embora ainda pouco apreciado: *Sociologia da medicina*, resultado de seu profundo envolvimento com questões de ordem médica e sanitária. Publicado em Portugal em 1963 e logo traduzido para o italiano, o livro passou por uma série de atualizações, tendo sua primeira edição brasileira aparecido somente em 1980. Embora a sociologia da medicina se estivesse desenvolvendo nos Estados Unidos e na Europa desde a década de 1930, no Brasil Freyre foi um pioneiro nesse campo, ponto de articulação entre as ciências médicas e as ciências sociais. Freyre diferencia a sociologia da medicina da medicina social ou da medicina socializada, que seriam funções do estado (apesar de concordar que existem relações entre os três campos), e insiste em que a sociologia da medicina é uma área “transmédica” (FREYRE, 2004, p. 23), isto é, interdisciplinar. Estabelecendo uma conexão entre doença e cultura, e considerando a saúde como um valor sócio-cultural, o sociólogo da medicina propõe-se a estudar as enfermidades a partir das suas raízes sociais. Ao reiterar sua adesão ao chamado “humanismo científico”, Freyre rejeita a reificação do paciente em uma “não pessoa” e insiste em restaurar a sua subjetividade, enfatizando a necessidade de considerá-lo como uma “pessoa completa” (FREYRE, 2004, p. 161):

Por conseguinte, o interesse do sociólogo da medicina é menos por um homem abstrato, por um lado, ou por um homem concreto apenas quanto à defesa do seu físico de infecções ou distúrbios ou à recuperação, quanto possível, desse físico dos efeitos de tais distúrbios apenas físicos ou orgânicos ou fisiológicos, que por um homem situado como um todo, um todo biossociocultural.” (FREYRE, 2004, p. 65)

Além de estabelecer colaborações com vários médicos, entre os quais Freyre inspirou um interesse pelas ciências sociais, induzindo-os até mesmo a enveredar pelas pesquisas sociais, desde o final da década de 1950 o sociólogo proferia palestras e ministrava cursos sobre o assunto em faculdades de medicina no Brasil e no exterior (BERTOLLI, 2003, p. 107).

No prefácio da primeira edição brasileira, Freyre oferece um sumário de seus propósitos. Logo de início o autor descarta qualquer pretensão de falar como cientista, declarando-se um *intérprete do Brasil* ao afirmar que seu livro é de “pensador e cientista social (...) de ‘são-brasileirismo’” (FREYRE, 2004, p. 19), enquanto recusa “a racionalidade absoluta à maneira europeia ou estadunidense” (FREYRE, 2004, p. 20) como insuficiente para se compreenderem os problemas brasileiros, embora paradoxalmente se apoie no filósofo social alemão Karl Jaspers, o qual se havia manifestado contra uma medicina racionalmente tecnocrática (FREYRE, 2004, p. 21). Rejeitando a universalização da medicina que não leve em conta as diferenças culturais, Freyre faz questão de assinalar sua dívida para com médicos brasileiros contemporâneos seus, como Josué de Castro, Dante Costa, Rui Coutinho

e Nelson Chaves, ou do século XIX (Joaquim Aquino Fonseca), que teriam entendido a “singularidade tropical total” (FREYRE, 2004, p. 87) e, a partir desse entendimento, procuraram desenvolver soluções originais para problemas especificamente brasileiros. Desta forma, Freyre enraíza seu trabalho, inclusive as medidas práticas que vai propor ao longo do livro, na história da medicina no Brasil, estabelecendo aquela permeabilidade entre passado, presente e futuro que, como vimos, é um traço essencial da sua reflexão.

Sociologia da medicina retoma vários tópicos que Freyre havia abordado em outros trabalhos, assumindo posições que por vezes são surpreendentemente avançadas. O autor insiste, por exemplo, que muitos dos problemas brasileiros derivam de questões de saúde, nutrição e higiene que não se coadunam com a *situação ecológica brasileira*, preocupação central neste livro:

O que se vem constatando é que várias das deficiências brasileiras, durante longo tempo atribuídas, por uns, ao clima tropical, por outros à raça, considerada por eles inferior – sobretudo quando meia raça! –, ainda por outros, ao catolicismo, são deficiências que decorrem da saúde precária ou deteriorada de grande número de brasileiros. [...] Um Brasil nem sempre em harmonia com a sua condição ecológica. (FREYRE, 2004, p. 88)

Sublinhando *lusotropicalisticamente* que no Brasil “hoje se desenvolve a mais extensa civilização moderna nos trópicos” (FREYRE, 2004, p. 107), o autor propõe que se adote “um tipo higiênico de vestuário” (FREYRE, 2004, p. 106), mais adaptado ao meio brasileiro do que o guarda-roupa tradicional, de herança europeia. Ao mesmo tempo, colocando em xeque a noção de que a ciência moderna, conforme praticada nos grandes centros ocidentais, seria dona da verdade, Freyre valoriza o que julga serem práticas higiênicas importantes que o mundo lusotropical poderia contribuir para o resto do mundo. Por exemplo, o autor repudia a excessiva dependência do sentido de tempo desenvolvido entre os europeus do norte – a chamada “hora inglesa” – porque considera desfavorável ao “equilíbrio cósmico” (FREYRE, 2004, p. 76) do ser humano como um todo o “excesso de pressões do tempo cronométrico” (FREYRE, 2004, p. 75), consequência nefasta da civilização urbano-industrial e da extrema competição econômica no capitalismo moderno, assunto que havia desenvolvido anteriormente no belíssimo ensaio “On the Iberian Concept of Time”.

Preocupado com hábitos cada vez mais sedentários à medida em que o capitalismo aumentava sua dominação no mundo moderno, Freyre chama atenção para os prejuízos causados à saúde pela “civilização de ‘homem sentado’” (FREYRE, 2004, p. 243) que se havia desenvolvido no Ocidente. O sociólogo quer reabilitar outras posturas, desprezadas ou consideradas inferiores ou não-civilizadas do ponto de vista europeu, mas que poderiam vir a ser “higienicamente superiores a [sic] do homem sentado à maneira ortodoxamente europeia ou anglo-americana” (FREYRE, 2004, p. 244), como postar-se de cócoras, ficar reclinado, ou fazer um maior uso das pernas (FREYRE, 2004, p. 254).

Freyre valoriza também a integração da dança e outros movimentos corporais nas diferentes esferas humanas, e não apenas como diversão, tentando assim incorporar à esfera do trabalho um elemento lúdico: “Entretanto, em civilizações e culturas não-europeias, trabalho, repouso ou recreação são, em grande parte, executados ou obtidos peripateticamente, dando-se à dança uma extensão, na vida e na cultura, que ela não tem na vida e na cultura dos europeus e dos anglo-americanos urbano-industriais” (FREYRE, 2004, p. 245). Desta forma, Freyre resgata a importância do corpo, que, ao contrário do que propõe a tradição judaico-cristã ocidental, não seria inferior, mas complementar ao espírito. Pois para Freyre *ecologia* constitui um conjunto de práticas relacionadas não só aos sistemas de equilíbrio no ambiente físico mas também à harmonia entre corpo e espírito, postura que o

aproxima de pensadores contemporâneos de estirpe espiritualista e liberal, como Leonardo Boff (1938) ou Gregory Bateson (1904-1980). Ao realizar essa crítica ao etnocentrismo europeu e anglo-americano, essas colocações remetem a uma posição básica na obra de Freyre, que, embora relacionada com o conceito freyriano de *lusotropicalismo*, prenuncia o que hoje chamamos de *multiculturalismo*: “Desmentida portanto, a tese de que, por civilização, deve entender-se apenas a ortodoxamente europeia; e que as demais seriam todas culturas inferiores” (FREYRE, 2004, pp. 207-208).

Em parte devido aos conceitos de ecologia e de “pessoa completa” que informam a concepção de *Sociologia da medicina*, os ensaios que compõem o livro transcendem as preocupações de ordem estritamente médica para tocar em questões que permanecem prementes na sociedade brasileira atual. Por exemplo, Freyre estabelece uma estreita ligação entre a destruição ambiental no Brasil, tal como a poluição dos rios, e a forma predatória de capitalismo que se pratica no país. O autor reclama das “indústrias atentas apenas aos seus interesses privados” (FREYRE, 2004, p. 35) e bate de frente no “fato de ser ainda um poder intocado o de empresários brasileiros de todo destituídos de qualquer senso de responsabilidade para com as populações: sua ecologia, sua saúde, sua economia, suas fontes de alimentação, seu futuro” (FREYRE, 2004, p. 35).

Com profunda lucidez, Freyre se levanta também contra “a lógica e o critério estatístico dos superburocratas” (FREYRE, 2004, p. 92) e a centralização excessiva estado brasileiro, que ao não reconhecerem as “formas regionais de economia, de cultura e de convivência” (FREYRE, 2004, p. 93), transformam-se em entraves ao progresso do país. Finalmente, na esteira de T. H. Marshall (1893-1981), o grande teórico da cidadania moderna, para o qual o leque de direitos do cidadão pleno inclui não só os direitos civis e políticos, mas também os direitos sociais (educação, trabalho, salário justo, saúde, etc.), Freyre considera uma questão de cidadania o acesso universal aos cuidados médicos: “A assistência médica é serviço público a que toda pessoa, membro de uma sociedade, cidadão de um Estado-Nação tem direito” (FREYRE, 2004, p. 266). Assim, o supostamente nostálgico e conservador Freyre se revela um profundo conhecedor dos problemas brasileiros e um participante ativo e progressista no que diz respeito às grandes questões nacionais.

Freyre desenvolveu sua reflexão sobre a sociologia da medicina paralelamente a Roger Bastide, que na mesma ocasião enveredara por este caminho. Ambos se apoiavam no conceito de humanismo científico e defendiam a necessidade de se levarem em conta, na prática médica, as especificidades culturais. Os dois autores, que sempre mantiveram uma relação cordial e de mútua admiração, apesar de uma educada rivalidade, desenvolvem, contudo, suas próprias identidades no novo campo que ajudaram a criar. Bastide vai focalizar sobretudo nas questões relacionadas com a saúde mental, enquanto Freyre continua voltado para questões higiênicas e sanitárias de caráter mais geral, que o haviam preocupado desde o início da sua carreira. Enquanto Bastide é influenciado pelos inventores da psiquiatria social, como H. M. Adler, S. W. Hartwell e Maxwell Jones, Freyre, mesmo fazendo questão de identificar seus precursores lusobrasileiros, permanece fiel às suas raízes nas ciências sociais norte-americanas. Um estudo comparativo mais detalhado da reflexão desses dois intelectuais no que diz respeito à sociologia da medicina está ainda por fazer. Mas esse será um assunto para outra ocasião.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

- BATESON, Gregory. *Steps towards an Ecology of Mind*. New York: Ballantine, 1972.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia; grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *Gilberto Freyre: Social Theory in the Tropics*. Oxford: Peter Lang, 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- FREYRE, Gilberto. *On the Iberian Concept of Time. The American Scholar*, v. 32, n. 3 (Verão de 1963), p. 415-430.
- _____. *Ordem e progresso*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- _____. *Sociologia da medicina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Democracia Racial. In: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>.
- RICOEUR, Paul. Phenomenology and Theory of Literature: An Interview with Paul Ricoeur, por Erik Nakjavani. *Modern Language Notes* 96.5 (Dec. 1981), p. 1084-1090.
- STOCKING, George. *Race, Culture and Evolution*. New York: Free Press, 1968.
- VALENTE, Luiz Fernando. Americanidade e latinoamericanidade na obra de Gilberto Freyre. *Antares: Letras e Humanidades* 5.10 (Julho-dezembro de 2013), p. 105-114.